

Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais

Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra

Tourism, real estate and traditional populations

Conflicts and interests in relation to land ownership

Lea Carvalho Rodrigues*

Resumo: O artigo aborda as concepções sobre a propriedade da terra em uma pequena localidade do litoral do estado do Ceará. Apoiado em uma perspectiva processual, procura mostrar como essa concepção se alterou ao longo do tempo, expondo as nuances do processo de transformação da terra em mercadoria, na localidade, sobretudo após a interferência de uma empresa imobiliária voltada ao turismo. Os dados empíricos utilizados são provenientes de pesquisa etnográfica que está sendo realizada na localidade de Tatajuba, situada no extremo-oeste do litoral do estado do Ceará, próxima à praia de Jericoacoara, região priorizada no escopo de um grande roteiro turístico que tem o apoio direto do Ministério do Turismo, governos dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, prefeituras dos municípios situados ao longo do roteiro turístico, mais o Sebrae e o Banco do Nordeste do Brasil. Ao longo do artigo mostra-se como essas mudanças recentes fragilizam a percepção dos antigos moradores sobre os acontecimentos que levaram à situação de litígio, produzindo clivagens entre eles à medida que se configura e se delimita o campo de conflitos e interesses em relação à propriedade da terra.

Palavras-chave: Turismo; Populações tradicionais; Conflitos fundiários; Mercantilização

Abstract: The article discusses the concepts of land ownership in a small town of the coast of Ceará state. Based on a procedural perspective, attempts to show how this conception has changed over time, exposing the nuances of the process of transforming land into a commodity, in that locality, especially after the interference of a company focused on tourism. The empirical data used came from ethnographic research that is being done in the town of Tatajuba, located in the far-western coast of the state of Ceara, near the beach of Jericoacoara, a region prioritized within the scope of a major

* Mestre em Antropologia Social e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). A pesquisa cujos dados dão suporte a este artigo recebe recursos de bolsa produtividade do CNPq. <leaucf@gmail.com>.

tourist route, having direct support from the Ministry of Tourism, the State governments of Ceará, Piauí and Maranhão, the cities situated along the tourism route, as well as Sebrae and the Bank of Northeast Brazil. Throughout the article it is shown how these recent changes undermine the perception of older inhabitants about the events that led to the situation of dispute, producing cleavages as the field of conflict and interest about property land defines itself.

Keywords: Tourism; Traditional populations; Land conflicts; Commoditization

Introdução

Há um fato, narrado por Marshall Sahlins (1990) no livro *Ilhas de História*, cuja referência é bastante oportuna para orientar as reflexões que se pretende fazer neste artigo. Isto porque torna mais clara a forma como diferentes concepções sobre a propriedade da terra entram em cena e são acionadas e manipuladas no jogo de interesses que configuram a disputa entre grandes investidores e populações tradicionais em toda a costa da região Nordeste do país, com relação à posse das áreas praianas mais valorizadas do ponto de vista do turismo.

Relata Sahlins que, desde o início dos contatos entre europeus e havaianos, os tabus que regulavam as relações sociais tradicionais foram utilizados pelas chefias havaianas como forma de mediar o comércio com os europeus. Era uma forma de instituir proibições que impedissem o comércio com a população em geral, garantindo assim prioridade aos interesses aristocráticos. Mostra Sahlins que ao assim agir – a utilização mercantil do tabu – as chefias instigaram, ao longo do tempo, a ocorrência de reavaliações funcionais do conceito de tabu, que passou de interdição religiosa a signo de direito material e de propriedade. Este deslocamento conceitual fica evidente para o autor “nos numerosos avisos onde se lê KAPU, que significa ‘entrada proibida’” (Sahlins, 1990, p. 178), em que há a apropriação do termo tabu (kapu) para designar a interdição à entrada em propriedades particulares.

Evidentemente, referimo-nos aqui a outros mares, outra época, outros encontros culturais; entretanto, no movimento incessante de capitais, empresas, pessoas e coisas, tudo se mostra perturbadoramente semelhante. No Brasil, em especial na área litorânea da região Nordeste, os conflitos fundiários entre grandes empresários do ramo imobiliário ou de atividades de exploração de recursos naturais e populações locais tornaram-se uma constante. De forma similar ao caso havaiano relatado por Sahlins, são situações em que concepções diferentes de propriedade e de valor da terra, que se encontram na intersecção entre cultura e mercado, provocam a reavaliação das categorias tradicionais.

No caso das populações que vivem ao longo da costa litorânea, geralmente em terras de propriedade da União, trata-se da passagem de uma concepção de direito sobre a terra dado pelo uso e o atendimento às necessidades, para uma concepção mercantil da mesma. Além dos interesses políticos envolvidos, esses conflitos comumente revelam o confronto entre metas econômicas, sociais e ambientais (Costa et al., 2002).

Para os objetivos deste artigo, uma abordagem sobre as transformações vivenciadas por localidades litorâneas, decorrentes de conflitos fundiários que provocam alterações nas concepções sobre a propriedade da terra, apresentamos, em primeiro lugar, uma exposição sobre os tipos de conflitos que envolvem as localidades pertencentes ao município de Camocim para, em seguida, debruçarmo-nos de forma mais detalhada sobre a situação de conflito fundiário constatada em Tatajuba, uma das localidades litorâneas pertencentes ao referido município. Os acontecimentos em Tatajuba vêm sendo estudados de forma minuciosa no âmbito da pesquisa etnográfica, desenvolvida desde o ano de 2008, vinculada ao projeto *Antropologia e Políticas Públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e impactos sobre populações locais*¹. Tal pesquisa tem como objetivo acompanhar o processo de mudanças vivenciado pelas populações de pescadores e agricultores que vivem na área litorânea que vai de Jijoca de Jericoacoara até Barroquinha, Ceará, em razão da expansão do turismo na região.

Conflitos fundiários e ambientais no extremo-oeste da costa cearense

O extremo-oeste do litoral cearense abrange os municípios de Jijoca de Jericoacoara, onde se situa a praia de Jericoacoara, conhecida internacionalmente e destino turístico mais procurado do estado do Ceará; Camocim, onde se situam Tatajuba e Praia de Maceió, duas localidades que vivenciam fortes conflitos com empresas de capital estrangeiro do ramo imobiliário; e Barroquinha, a qual pertence a localidade litorânea de Bitupitá, que tem na pesca artesanal a sua principal atividade econômica. Vale destacar que todos estes municípios estão incluídos num roteiro turístico *Rota das Emoções*, implementado por meio de convênio entre os governos dos estados do Ceará,

¹ O referido projeto recebe recursos do CNPq sob a forma de bolsas produtividade (1) e iniciação científica (4). As atividades de pesquisa envolveram a coordenadora do projeto e mais oito bolsistas (quatro voluntários), tendo sido realizadas por meio de periódicos e intensivos trabalhos de campo na localidade de Tatajuba, entre 2007 a 2010, e entre 2009 e 2010, em Camocim, incluindo a localidade de Praia de Maceió e Bitupitá. Foram realizadas observação, entrevistas aprofundadas, algumas gravadas em aparelho digital e outras filmadas, fotografias e filmagens, com a intenção de se produzir futuramente um documentário.

Piauí e Maranhão, com o apoio do Ministério do Turismo (MT), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e das ações do PRODETUR, viabilizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB)², com a finalidade de interligar o Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará, a Barreirinhas, no Maranhão, com acesso ao Delta do Paranaíba e aos Lençóis Maranhenses.

Com respeito à questão da terra no litoral do Ceará, extensa pesquisa realizada dentro do Programa de Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará (Araújo et al, 2005), em parceria do governo do estado do Ceará e a Universidade Federal do Ceará, foi constatada a existência de 20 conflitos fundiários, presentes em 40% dos municípios da costa litorânea e envolvendo três categorias principais de interesses: assentamentos humanos, especulação imobiliária e atividades econômicas. Também foram constatadas em praticamente toda a costa litorânea atividades prejudiciais ao meio ambiente, principalmente pela atividade da carcinicultura (criação de camarões em cativeiro), em significativa expansão.

As localidades que foram alvo da pesquisa cujos dados informam este artigo – Tatajuba, Praia de Maceió e Bitupitá – apresentam conflitos que podem ser classificados em todas as categorias acima referidas. Entretanto, estes se tornam mais acentuados com o crescimento da especulação imobiliária e com a execução de projetos de desenvolvimento, além do fato das populações continuarem sem a regularização da posse da terra.

Em Tatajuba, os conflitos constatados resultam da cisão dos moradores quanto às propostas feitas por uma empresa imobiliária que desde 2001 reivindica a posse da terra onde se situam quatro vilas. Os moradores dividiram-se entre os que apoiavam a vinda da empresa, vendo no desenvolvimento do turismo uma chance de melhoria, e aqueles que negavam qualquer acordo com a empresa, reivindicando a saída da mesma da localidade e a regularização da terra para os moradores. Concretamente esses conflitos se expressaram pela tripartição da única associação local, existente no início dos embates com a empresa e fundada anos antes, quando da união dos moradores em torno da reivindicação por energia elétrica para a localidade.

Na aldeia de pescadores da Praia de Maceió, o conflito constatado é de natureza semelhante, mas com outra empresa, de propriedade de italianos, também donos de um *resort* localizado na região. Segundo Araújo et al. (2005),

² Para mais informações vide <<http://www.rotadasemocoas.com.br/a-rotas.html>>. Vale destacar que o referido roteiro foi vencedor do *Troféu Roteiros do Brasil*, no ano de 2009, conferido pelo Ministério do Turismo. Vide ainda <<http://noticiasdarota.blogspot.com>>..

a população habita há aproximadamente 80 anos as terras reclamadas pelos italianos e vive quase que exclusivamente da pesca, com cerca de 100 famílias cadastradas na colônia de pescadores, sendo que estas vendem seus produtos a intermediários que os revendem em Camocim. A associação começou suas atividades em 1994, quando começaram os conflitos por questão de terras. Neste caso, contrariando as tendências dominantes no litoral nordestino de perda das terras pelas populações locais, o Ministério Público do estado do Ceará entrou com pedido de liminar e obteve, em março de 2008, a sentença positiva do juiz federal de Sobral, que colocou em indisponibilidade oito registros imobiliários em nome da empresa, na área próxima à referida praia. Segundo o informativo da Assessoria de Comunicação do Ministério Público do estado do Ceará³, já referido em Rodrigues (2009), a ação da empresa se mostrava como um “caso clássico de grilagem de terras públicas, feita em cumplicidade com o Cartório de Registros Imobiliários de Camocim, cuja tabeliã é esposa do único sócio brasileiro da empresa Marilha Holding Ltda (cujos 99,99% do capital social pertencem a pessoas físicas e jurídicas estrangeiras)”.

Em Bitupitá, ainda que não houvesse regularização da posse da terra até a época do estudo não foram identificados conflitos fundiários, embora Araújo et al. (2005) tenham constatado a existência de conflitos pelo uso das reservas extrativistas. Segundo o *Diagnóstico sobre a carcinicultura no estado do Ceará*, realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (2005), a autorização para o estabelecimento desses projetos foi feita pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, totalmente em confronto às normas vigentes. Em 2009, como parte da pesquisa a qual se vincula este artigo, foram incluídos dados mais recentes sobre Bitupitá, confirmando os dados apresentados no referido relatório e acrescentando informações sobre a intenção de lideranças locais de incluir a localidade nas ações do Projeto CEPIMA⁴ que viabilizaram o *Roteiro das Emoções*, sobre o qual voltaremos mais adiante.

Como se pode notar, os conflitos são de natureza semelhante (posse da terra ou do seu uso), mas as condições de trabalho se diferenciam em função da área se encontrar em local de expansão das fazendas de carcinicultura e pela existência, ou não, de conflitos entre moradores e proprietários. Segundo o relatório de 2005 (Araújo et al.), os conflitos à época eram mais intensos na Praia de Maceió, inclusive com intimidação aos moradores e vigilância para

³ <<http://www.mp.ce.gov.br/asscomv2/release.asp?icodigo=425>>. Consultado em: 20 set. 2009.

⁴ Projeto que firmou o convênio entre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão, para implementar o referido roteiro turístico.

que os mesmos não atravessassem as fazendas, o que os impedia de pescar. Com a decisão judicial de 2008 a favor dos moradores da referida praia, a situação em Tatajuba pode tomar outros rumos, uma vez que há processo em andamento pedindo a cessão da área para a comunidade e uma ação de Interdito Proibitório, ajuizada na Justiça Federal, para assegurar a posse; além de, na Justiça Estadual, uma ação anulatória contra a documentação irregular.

Nas pesquisas de campo realizadas no ano de 2010 constatou-se uma nova situação de ameaça às populações residentes na região de Camocim, em razão da instalação de equipamentos para captação de energia eólica, como parte de projetos financiados pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), por intermédio do BNB. As usinas eólicas cercam áreas de litoral que são de uso das populações locais, impedindo muitas vezes o acesso das mesmas aos recursos naturais que estas exploram para sua subsistência.

Vale observar, ainda, que as localidades onde estão sendo realizados os estudos etnográficos enquadram-se no rol de populações que podemos classificar como tradicionais. Residem há décadas nessas pequenas vilas, em situação geográfica de difícil acesso, e preservam um modo de vida próprio, diferenciado daquele compartilhado pelos demais moradores dos municípios a que pertencem.. Segundo os relatos, o fundador da vila foi Gregório Pedro Alexandrino, que se tornou a grande liderança local e, juntamente com mais quatro indivíduos, iniciou a construção da igreja em torno da qual se ergueram as primeiras casas. A organização social em Tatajuba, como bem refere Lima (2009) se dá a partir desses quatro troncos familiares, com a ocorrência de sucessivos casamentos intra-familiares, de forma que, ao final, quase todos têm relações de parentesco entre si, variando apenas o grau de proximidade.

A classificação da localidade como comunidade tradicional está em acordo, tanto com uma visão mais clássica, presente nos estudos antropológicos sobre populações brasileiras que vivem em áreas isoladas e praticam uma economia de subsistência, com técnicas homogêneas de produção e condições precárias de existência (Durham, 2004, p. 133-180); como, com uma visão mais contemporânea, que associa populações tradicionais à conservação ambiental. Autores que sustentam essa visão destacam a abrangência do conceito, refutam a sua simples vinculação à idéia de adesão à tradição e procuram definir primeiramente populações tradicionais “de maneira ‘extensional’”, a qual se refere “à enumeração dos elementos que as compõem” (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009, p. 278), questionando, ainda, a “essencialização da relação

entre as populações tradicionais e o meio ambiente” (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009, p. 287). Ao final do artigo, eles afirmam que:

Populações tradicionais são grupos que conquistam ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (Carneiro da Cunha e Almeida, 2009, p. 300).

Esta tentativa de dar maior precisão conceitual ao termo tradicional busca evitar que essas populações permaneçam desprotegidas pelo Estado, em recursos humanos e materiais, pelo uso de argumentos essencialistas, de fundo ideológico, que as classificam como autossuficientes, já que definidas como preservacionistas⁵.

As localidades aqui estudadas que, como já referido, são estratégicas para a política de desenvolvimento do turismo no estado do Ceará, estão localizadas em duas áreas de proteção ambiental e em regiões que recebem incentivo para a instalação de usinas de energia eólica. Tal exposição às ações do poder público evidentemente coloca em questão a relação entre populações tradicionais e projetos de desenvolvimento, com abertura para uma discussão mais abrangente sobre o conceito de desenvolvimento que orienta esses projetos, o que foge aos objetivos deste artigo.

A chegada da empresa e o cercamento da terra

Este artigo se dedicará de forma mais detalhada à compreensão dos acontecimentos relativos à disputa pela terra nas localidades situadas nas imediações da Praia de Tatajuba. Trata-se de uma região de praias, dunas e lagoas que vem se tornando cada vez mais conhecida nos últimos anos em razão de sua inserção no circuito turístico do estado do Ceará. Tatajuba é também o nome do antigo povoado que foi soterrado pelas dunas na década de 1950, obrigando a população a se transferir para as imediações, em terrenos mais protegidos da ação dos ventos, formando um novo núcleo populacional que comporta as vilas de Nova Tatajuba, Baixa da Tatajuba, Vila Nova e Vila São Francisco. A localidade está situada entre o estuário do rio Coreau e a foz do Lago Grande. Pertence ao município de Camocim, do qual dista

⁵ A respeito, vale observar as formulações do IBAMA sobre o conceito de populações tradicionais em C:\Documents and Settings\User\My Documents\Populações Tradicionais IBAMA.mht, consulta realizada em 18/04/2010.

25 quilômetros, e tem à sua frente a praia, sendo toda a região formada por dunas fixas e móveis⁶.

Nova Tatajuba se situa em extensão de terra elevada em relação à praia e à gamboa – um braço de mar cuja dimensão varia conforme a época do ano. Ali estão localizados uma igreja católica e uma igreja evangélica, a escola principal, o posto de saúde e um restrito comércio. Baixa da Tatajuba fica bem recuada em relação à praia e à gamboa, no caminho que segue em direção ao Lago da Torta. Já as localidades de Vila Nova e Vila São Francisco se formaram a Leste da gamboa, no seu lado direito, em oposição ao núcleo central, que fica à esquerda da mesma. Na Vila Nova, onde a atividade é eminentemente agrícola, foram plantados coqueiros, cajueiros e outras árvores frutíferas, formando uma proteção natural, uma espécie de enclave que impede a aproximação da areia trazida pelos fortes ventos; ainda que a vila se situe praticamente ao sopé da maior duna da região, a duna encantada, esta é uma duna fixa que faz parte até da mitologia do lugar. Já a Vila São Francisco fica num descampado, mais próxima do mar e seus moradores têm como atividade principal a pesca artesanal. São cerca de 20 casas ocupadas pelos membros de duas famílias, uma chefiada por Nego Alfredo e outra por Antonio Ostra. Na Vila São Francisco, uma das famílias, a de Nego Alfredo, é composta por pessoas de ascendência indígena; já na Vila Nova, uma das famílias de referência, formada por dona Menta e seu José, mais os filhos, netos e agregados, é composta por pessoas negras⁷.

Saindo da vila de Nova Tatajuba e seguindo pela praia em direção ao Leste, numa distância de 35 quilômetros, chega-se à famosa praia e povoado de Jericoacoara. Em razão desta proximidade, atualmente a localidade vê aumentado o fluxo de turistas que, vindos de Jericoacoara, fazem o percurso até a Lagoa da Torta, situada a seis quilômetros do núcleo populacional principal e que hoje conta com uma infra-estrutura para atendimento aos turistas, com barracas que oferecem bebidas, petiscos e refeições. O núcleo populacional principal forma um corredor de passagem para a lagoa e o forte ruído de *bugues* e automóveis contrasta com a quietude do povoado, principalmente nas épocas de alta estação e nos feriados prolongados.

O fato da localidade se inserir cada vez mais no circuito turístico tornou-a foco de interesses de grandes empresas que atuam nesta atividade, sobretudo as do ramo imobiliário. E ali, em Tatajuba, repetiu-se a mesma estratégia que,

⁶ Para informações mais detalhadas: <http://www.embratur.gov.br/site/br/cidades/materia.php?id_cidade=7200®ioes=4&estados=6>. Consulta realizada em: 18 abr. 2010.

⁷ A respeito destas constatações vide também Santos (2010)

tudo indica, tem orientado a ação dos grandes investidores em toda a costa cearense, conforme informações colhidas junto ao Instituto Terramar, uma Organização Não Governamental – ONG que dá assistência às populações locais nos casos de conflitos fundiários nas praias do litoral cearense: a chegada de um estrangeiro à localidade, a demarcação da terra e venda para empresas do ramo imobiliário.

O acompanhamento dos conflitos existentes por todo o litoral do estado indica que a estratégia mais usual tem sido a utilização de um indivíduo, denominado pelos moradores das localidades de *laranja*⁸, que consegue se fixar na localidade desejada, se instalar em um pedaço de terra, registrá-lo em cartório e posteriormente vendê-lo para a empresa interessada. A um dado momento, representantes da empresa aparecem na localidade e informam que ela é a proprietária legal da área e a reivindica para a construção de hotéis e resorts. A líder comunitária, da ACOMOTA, Mariazinha, conta o que ocorreu em Tatajuba:

Então, quando foi a partir de 2001, que aí a gente descobriu realmente que existia uma empresa que era dona. A gente foi em cartório e lá existia, a área estava registrada em nome da empresa Vitória Régia, que é uma área de 5.273 hectares, se não me engano. E daí a luta acirrada foi a partir daí. E a gente entrou com duas ações na justiça, uma de [...] proibitório e outra de anulação de documentos, que consideramos que esses documentos não eram legais. E a briga começou a partir daí. As empresas, esses empresários, eles usam estratégia para ter o povo do lado deles. Então assim eles aproveitam a fragilidade da comunidade, principalmente a questão financeira, e daí começam a pagar pessoas, lideranças, na época de frente, para defender os seus interesses.

Como ocorre na maioria dessas vilas de pescadores, a posse formal da terra não é um item de preocupação primordial para os moradores das localidades, e eles não a consideram um objeto de valor monetário. Os pescadores de Nova Tatajuba relatam que, a princípio, as pessoas que desejavam se instalar no local simplesmente consultavam a liderança do povoado e este indicava o local onde o interessado poderia construir sua morada, além de lavrar a terra

⁸ Denominação dada a indivíduos que se prestam a realizar ações em interesse de outras pessoas, grupos ou empresas. A reportagem sobre os conflitos em Tatajuba veiculada no site: www.geocities.com/novatatajuba/conflicto.htm, de 01/06/2001, consultado em 01/11/2007, diz que este indivíduo, chamado João Sales pelos moradores, teria aparecido na localidade, demarcado terras e em seguida vendido as mesmas para Antonio Sales, dono da imobiliária Antonio Sales, que as revendeu à empresa Vitória Regia Empreendimentos Imobiliários. Segundo consta na mesma reportagem, o mesmo indivíduo estaria na origem dos conflitos em Praia do Maceió, onde, da mesma forma, teria se instalado e depois vendido a terra para o Grupo Marilha, que posteriormente se apresentou como proprietário de todas as terras que compõem a localidade.

e cuidar de sua criação, se fosse o caso. No passado, a grande liderança local foi o finado Pedro Jorge Alexandrino (forma como a ele se referem hoje os moradores da localidade), personagem que passou a fazer parte da história da fundação do lugar, que contém um forte componente mítico. Já na Vila São Francisco, onde residem apenas dois grandes grupos familiares, à medida que os filhos vão se casando e a família aumentando, planeja-se a construção de novas casas nas áreas desocupadas. Na Vila Nova, região mais densamente povoada, segundo narra dona Menta, uma das mais antigas moradoras, quando algum membro da família ia se casar e havia uma pequena área disponível nas proximidades, consultava-se o “proprietário” do terreno e, na maioria das vezes, realizava-se uma troca: a concessão de uma porção de terreno por um motor, por exemplo.

Até a chegada da empresa, há cerca de nove anos, praticamente não havia cercas, e as casas iam se agrupando a certa distância umas das outras, variando a proximidade e o traçado dos caminhos, quase nunca retilíneos. Ainda hoje, muitas casas não são cercadas. Dona Antonia, por exemplo, vive com um pescador e tem sua casa construída defronte à praia. Na imensidão do areal, olhando da parte mais alta, a gente vê a casa de barro e sapé à sombra de algumas árvores de copa frondosa, que amenizam o forte calor do lugar. Embaixo de uma das árvores, a canoa e os instrumentos de pesca. Não há qualquer forma de demarcação de propriedade, embora relatos de moradores mais antigos indiquem que, no passado, os coqueiros eram utilizados como indicadores da área que poderia ser ocupada por um indivíduo e seus familiares: uma tradição do lugar seria a de dar o direito ao indivíduo que plantar um coqueiro de construir sua residência naquele local (Santos, 2009)⁹. Como disse seu Manuel, proprietário da única pousada que, no ano de 2007, estava em atividade no local: “Ah!! Antes ninguém pensava nisso de comprar, de vender. Era essa imensidão, tinha terra pra todo mundo. Você queria fazer sua casinha ali, fazia. Ninguém se importava”. Com a chegada da empresa, evidentemente tudo se alterou e a população foi despertada para algo a que nunca tinha dado importância: a propriedade da terra. No alvoroço que se instalou com a possibilidade de perda das moradias, o primeiro movimento da população foi se organizar e agir por intermédio da já existente associação comunitária, para impedir a perda das terras para a empresa reclamante. Apenas então se deram conta da importância de reivindicar e regularizar a posse da terra¹⁰.

⁹ A respeito, vide <www.geocities.com/novatatajuba/conflito.htm>, reportagem de 01 jun. 2001. Consultado em: 01 nov. 2007.

¹⁰ Para mais informações sobre o conflito fundiário em Tatajuba vide Rodrigues (2008)

O conflito com a empresa dura nove anos e até o momento as ações da população organizada impediram que a empresa tomasse posse da terra e realizasse a construção do complexo turístico pretendido. Mas a unidade entre os moradores se desfez, e da Associação Comunitária de Tatajuba (ACOMOTA) surgiram mais duas associações: O Conselho Comunitário de Tatajuba e a Associação dos Agricultores de Vila Nova. Os moradores dividiram-se em razão das diversas formas de intervenção da empresa na localidade: contratação de moradores, mesmo sem uma atividade de trabalho específica (pagamento de salários), apoio financeiro a atividades culturais na localidade e até mesmo compra de terrenos dos moradores, como relatou Mariazinha, presidente da ACOMOTA, em entrevista concedida em outubro de 2007:

E daí eles começaram a pagar várias pessoas e daí começou as pessoas a se dividirem. Começaram a se retirar da associação. A empresa, eles dizem, eles tem um projeto, uma época era, se não me engano, construção de cinco hotéis cinco estrelas, campos de golf, e outras coisas mais que eu não lembro. Dizendo que as coisas iam melhorar a questão da renda, gerar emprego e essas coisas. Infelizmente algumas pessoas acreditam nesta história. E a gente sabe que isto não é verdade. E as pessoas começaram a achar que eles realmente iam trazer renda e começaram a defender seus interesses... e em 2002 foi criada mais duas associações. Daí as pessoas saíram (até então só havia esta) e a partir daí dividiu. As pessoas saíram e criaram mais duas. Por trás disto a empresa financia para essas instituições existirem. Isto dificultou muito, a questão da organização. A comunidade se dividiu ao meio. A metade ficou aqui e a outra metade foi para as outras (associações).

A contratação de empregados para atividades agrícolas, na Vila Nova, foi relatada como positiva pelo presidente da Associação dos Produtores Rurais, Chico do Jaime. Seria parte do que ele denominou de “projeto desenvolvido pela empresa” que estaria trazendo benefícios para os moradores daquela vila.

Os acontecimentos narrados por Mariazinha e sua interpretação se repetiram na fala dos demais moradores contrários à empresa; mas quando se trata dos que a ela se aliaram – aqui me refiro em especial aos dados das entrevistas realizadas com os presidentes das duas outras associações que se formaram a partir do conflito, Raimundinha e Chico do Jaime – estes denotaram uma forte expectativa de que os investimentos imobiliários e o incremento do turismo trouxessem benefícios à localidade. Neste grupo incluem-se, principalmente, indivíduos que viram possibilidades de ganho imediato com a contratação efetuada pela empresa para trabalhos agrícolas, indivíduos que viam como positiva a possibilidade de venda de suas casas a terceiros ou à

própria empresa e, ainda, outros que, ao longo do tempo, foram se dedicando a atividades comerciais e de serviços ligadas ao turismo. Isto não significa que dentre os que se colocaram como contrários à empresa não tenha ocorrido vendas de casas – ainda que, inicialmente, a associação tivesse estimulado um pacto, entre os moradores, de recusa a qualquer transação imobiliária –, bem como desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo. Nas últimas visitas à localidade constatou-se que está sendo comum a prática de aluguel de quartos para turistas, bem como a construção de quartos ao fundo das residências, com esta finalidade, independentemente de filiação a uma ou outra associação. O que se percebe é que entre os filiados à ACOMOTA, a posição é de defesa ao turismo de base comunitária.

Assim, uma vez que as redes de sociabilidade, trabalho e parentesco, bem como as relações políticas, se entrecruzam em Tatajuba, os conflitos representaram cisões dentro dos próprios grupos familiares. Entretanto, nota-se uma aliança maior entre os parentes mais próximos de um líder político local, senhor Oswaldo Mateus, fundador e presidente da primeira associação comunitária, posteriormente vereador em Camocim e pai da presidenta do Conselho Comunitário de Tatajuba, Raimundinha, que representava a mais forte oposição à ACOMOTA, com apoio explícito às propostas da empresa. Este grupo se uniu à família de um morador mais antigo, detentor de uma posição diferenciada na comunidade por ter sido construtor de barcos, cuja venda lhe rendia ganhos, assim como a pesca local, ainda que não se tratasse de grandes empreendimentos já que, à época, a localidade não dispunha de luz elétrica, não contando, portanto, com as condições necessárias para a armazenagem do pescado. Esses dois grupos familiares, detentores de maior poder político e econômico, tiveram papel preponderante nos acontecimentos que levaram à cisão entre os moradores, sendo também os que mais usufruem, em termos econômicos, do avanço do turismo: são donos de um pequeno comércio de alimentos, de duas *lan-houses* e de barracas de lazer e alimentação situadas na Lagoa da Torta, bem como de uma pousada defronte à praia, com boa infraestrutura.

Ao que tudo indica, a empresa se valeu da inexistência de atividades assalariadas na localidade, à exceção de empregos públicos na escola e no posto de saúde, para obter alianças com parte dos moradores a quem oferece empregos fictícios, acentuando os conflitos e provocando cisões¹¹. A esse

¹¹ Sobre o desenrolar dos conflitos em Tatajuba vide reportagens: *Investimentos estrangeiros e turismo no CE*, O Povo on-line, Ecologia, de 19/11/2002; *Grilagem institucional no litoral cearense: o adjetivo ecológico ao turismo em Tatajuba oculta expulsão das populações locais*, Boletim Marulho do Instituto Terramar, divulgadas no site do Instituto Virtual do Turismo: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=6824&cat=%20&ws=0>>. Consultado em: 30 ago. 2010.

respeito, Lima (2009) relata que essas estratégias atingiram em cheio a organização social local, na medida em que cindiram fortemente os grupos familiares, já que as redes de parentesco são bastante entrelaçadas. Ademais, até então a população vivia da pesca, agricultura, pequeno comércio, trocas, e o dinheiro que circulava provinha das aposentadorias. Alguns poucos eram assalariados em Jericoacoara. A injeção de recursos na localidade representou, portanto, uma grande mudança nas concepções de propriedade e valor da terra, bem como no valor da força de trabalho e seu peso como fonte de rendimento.

A estratégia de compra, pela empresa, dos terrenos localizados nas proximidades da praia – terrenos que ela já havia afirmado serem de sua propriedade – levou os moradores a se mudarem para o núcleo central do povoado, permanecendo apenas seu Manuel, que construiu uma pousada, a Brisa do Mar. De posse de uma boa quantia em dinheiro – em 2007 já havia terrenos sendo vendidos a R\$ 300 mil – no povoado, eles construíam uma outra residência que posteriormente também poderia ser vendida. A partir de então, o número de interessados em vender e comprar terras também se ampliou. Terras também foram vendidas para estrangeiros construírem pousadas. Hoje, há uma área ampla que se diz ser de propriedade de um holandês, outra, de propriedade de um espanhol. Também foram construídas pousadas que, no entanto, ainda não se encontravam em funcionamento na época da pesquisa de campo.

A cada vez que se chega a Tatajuba, há novidades. Mais e mais terrenos estão cercados, às vezes não se encontra mais uma rua que antes existia porque esta foi anexada ao terreno onde já havia uma construção, casas novas estão em construção, surge algum novo comércio e outros são ampliados. Ao final de 2008, já havia sido construída uma casa de forró e havia uma *lan-house*. No ano seguinte, alguns moradores do núcleo central do povoado, Nova Tatajuba, começaram a construir quartos para alugar a turistas. Em visita à localidade, no início de 2010, verificou-se que algumas casas estavam cercadas de muros altos, que havia mais um novo pequeno comércio de gêneros de primeira necessidade e se ouvia relatos de roubos a residências, ocorridos, segundo os moradores, em razão do crescente consumo de drogas na localidade, fato já referido em Lima (2009).

A ação dos órgãos públicos tem se dado quase sempre no sentido de coibir os cercamentos de terra que a população vem efetuando de forma crescente, muitos por interesse financeiro, alguns por receio de perder o que têm e/ou não mais poder acomodar as famílias dos filhos quando estes se casarem. Algumas dessas ações resultaram em atos de violência, como no final de 2007,

quando policiais armados estiveram na Vila São Francisco para derrubar as cercas que haviam sido feitas, e acabaram intimidando os moradores, entrando nas casas e disparando tiros. De outra feita, em 2008, houve a presença de um contingente especial de policiais militares que, juntamente com uma representante da SEMACE, esteve na localidade, acompanhando reuniões realizadas com a população das vilas onde o problema de cercamento era maior; fato esse presenciado pela equipe de pesquisa. O argumento era que a polícia estava garantindo a segurança da funcionária da SEMACE e o cumprimento da lei, mas era evidente que a ação era também intimidatória. Os policiais apresentavam-se nessas reuniões e em todos os contatos com os moradores paramentados com vestimentas para ações militares: pentes de balas sobre o corpo, metralhadoras nas mãos.

Esses acontecimentos mexeram com os ânimos da população e geraram animosidade para com a empresa da parte de muitos que antes lhe eram favoráveis. Provocaram até mesmo o retorno de muitos moradores à associação que conduz as ações contra a empresa na justiça, a ACOMOTA. Mas, evidentemente, as relações sociais e econômicas na localidade se modificaram de tal forma que parece ser difícil a população se unir em torno a um objetivo, da mesma forma que o fizeram no ano de 2001, no início dos acontecimentos.

A terra como mercadoria: um processo de valoração mediado pela política

As reflexões a seguir apresentadas têm como suporte teórico noções desenvolvidas pelos antropólogos Arjun Appadurai, Igor Kopytoff e William Davenport, apresentadas na obra organizada pelo primeiro, intitulada *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural* (Appadurai, 2008) Tomo de Appadurai a afirmação de que a criação de valor é um processo mediado pela política e que a definição de mercadoria passa pela percepção de sua situação mercantil. O autor propõe que “a situação mercantil na vida social de qualquer ‘coisa’ seja definida como a situação em que sua condição (passada, presente ou futura) de ser trocável por alguma outra coisa constitui seu traço social relevante” (Appadurai, 2008, p. 27).

Desta perspectiva, a análise sobre a situação referida no item anterior considera a terra, na localidade de Tatajuba, como um item que, para os moradores, transitou de uma situação fora do estado de mercadoria para outra em que se torna efetivamente mercadoria. Entretanto essa potencialidade sempre esteve presente, a situação, o contexto mercantil, nos dizeres de Appadurai, é o que a fará entrar e sair do estado pleno de mercadoria.

Nesse sentido, se fosse obtida a classificação da área sob litígio como reserva extrativista, opção preferencial apresentada pela ACOMOTA no início dos conflitos com a empresa – como forma de defesa dos interesses da população e conservação dos recursos naturais – poderia ocorrer uma reversão no processo de valorização da terra e, dependendo da atuação dos organismos públicos, até mesmo a saída da terra de seu atual estado de mercadoria¹². Isto porque, de acordo com os preceitos legais (artigo 18 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Lei n. 9985 de 18/06/2000) a condição de reserva extrativista limita a exploração dos recursos naturais às populações tradicionais, que vivem do extrativismo e da agricultura de subsistência, protegendo seu meio de vida e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais; o que, por outro lado, as impede de exercer qualquer tipo de exploração comercial dos recursos da área.

O caráter processual da abordagem sobre a mercadoria levou Kopittof a propor que a mercantilização seja vista como um processo de transformação, e que a sua expansão ocorre em razão, não apenas da condição de troca de que ela é portadora, mas do sistema como um todo. Mais ainda, esse caráter processual, segundo o autor, é perceptível pelo acompanhamento da trajetória, da biografia das coisas. Diz Kopittof que:

Uma biografia econômica culturalmente informada de um objeto o encarará como uma entidade culturalmente construída, dotada de significados culturalmente específicos e classificada e reclassificada em categorias culturalmente constituídas (Kopittof 2008, p. 100).

No caso referido neste artigo, isto se dá pela apreensão do processo que levou à mudança na concepção que os moradores de Tatajuba têm de propriedade da terra. A própria biografia do lugar se faz a partir da apreensão do processo pelo qual a imensidão branca, o areal onde o povoado se assenta, durante muito tempo visto como um obstáculo, um perigo que os moradores enfrentavam constantemente pelo receio de que ele novamente invadisse suas casas, se transformasse em coisa de valor, que tem fixidez e que pode ser negociada a qualquer tempo, uma vez que tornou-se de interesse para muitos.

Poderíamos ainda considerar a sobreposição de situações de mercantilização presentes no caso narrado. Esta sobreposição de valores às coisas é abordada por Davenport (2008, p.140) quando esse autor mostra como os rituais das Ilhas Salomão Orientais mesclavam a dimensão espiritual à econômica. No

¹² Sobre as reservas marinhas como possibilidade de proteção às populações de pescadores que habitam regiões do litoral brasileiro, sujeitas ou em situação de conflito fundiário, vide Chamy (2001).

caso aqui relatado, isto se apresenta de outra forma, mas a lógica é a mesma. Em Tatajuba é possível se perceber três situações diferenciadas de valorização da terra: para os moradores, para a União e para os empresários. Para os moradores da localidade de Tatajuba, a terra não tinha um valor mercantil, de forma que ela não poderia ser considerada como detentora da condição de mercadoria; para a União, na qualidade de legítima proprietária, já que grande parte da área se constitui de terras públicas, ela estaria singularizada, fora da condição de mercadoria, e comporia o que Davenport designa de acervo simbólico de uma sociedade; para os empresários, de outra forma, ela estaria em plena condição mercantil, pela inversão das atribuições de significado ao que é de domínio público e privado; ou melhor, pelo entendimento que tudo é mercantilizável, inclusive aquilo que, por lei, é público.

Em Tatajuba, temos ainda que no início da mobilização da população contra os interesses da empresa, em 2001, ocorreu uma tentativa de impedir a venda da terra, tornando-a tabu. No âmbito da ACOMOTA, foi proposto um acordo envolvendo todos os moradores do lugar: Ninguém vende a terra! E todos se comprometeram. Mas, como observa Appadurai (2008, p. 60-1), “mercadorias representam formas sociais e partilhas de conhecimento muito complexas”, de forma que entender a biografia das coisas é também atentar para a partilha de conhecimento em diferentes momentos de sua carreira. Assim, o que era um acordo firmado como marca de unidade foi quebrado a partir do momento em que as pessoas começaram a incorporar a lógica mercantil, e que perceberam, na situação de conflito instalada, uma oportunidade de fazer dinheiro: vender a terra para a empresa para cercar um novo terreno. Assim, talvez mesmo sem o perceber, procediam no sentido de garantir para si aquilo que agora viam como valor, ao mesmo tempo em que incrementavam valor à terra. A venda das terras, por sua vez, iria criar um novo segmento social no povoado que, detentor de terra e de recursos, passaria a figurar como elite local – proprietários de pousadas, de barracas, de pontos de comércio – e, assim, instituíam-se na localidade claras clivagens de classe.

Diferenças à parte, o final do processo é similar ao que chegaram os havaianos após décadas de contato com os europeus. Diz Sahlins (1990) que a estrutura extremamente hierarquizada da sociedade havaiana e o peso da aristocracia teriam sido centrais para a compreensão dos rumos dos acontecimentos. A aristocracia manipulou as regras de tabu a seu favor, opondo-se aos interesses da população, e todos acabaram inseridos na lógica estrangeira.

Em Tatajuba não havia uma aristocracia, ainda que houvesse diferenciações sociais, mas havia unidade de propósitos, a busca de um sentido

de comunidade, territorial e afetiva, ainda mais que, no geral, ali são todos aparentados. E como é comum nessas pequenas aldeias de pescadores que um morador mais antigo tome a liderança em momentos rotineiros de decisão – o que se dirá naqueles cruciais? – ao longo do tempo, ali também houve um aumento do capital social de alguns moradores, de forma que estes se tornaram peças centrais no jogo de interesses que se formou em torno às disputas com a empresa. A grande perda foi a unidade do povoado, o que tem impedido no presente mobilizações conjuntas, mesmo quando os ventos começam a mudar, e o interesse de todos está em perigo.

Alheias às disputas, as areias de Tatajuba, que de valor se impregnaram, continuam a bater forte no rosto dos moradores e dos visitantes, turistas ou não, bem como a se depositar no fundo da gamboa, a cada período de chuvas. As areias da duna encantada mudam de formato e estão se achatando com o constante trânsito de *bugues* e motocicletas, mostrando a fragilidade de sua conformação. Em Tatajuba, a natureza brinca quando muda o curso da água da gamboa e cobre terrenos e dunas, ou as corta ao meio, criando um novo escoadouro para as fortes águas, como a prevenir que o objeto em disputa pode a qualquer momento se desmercantilizar.

Referências

- APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas*. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, RJ: EDUFF, 2008.
- ARAUJO, Rogério C.P. et al. *Relatório: Diagnóstico Socioeconômico da Zona Costeira do Estado do Ceará*. Publicação no âmbito do Programa Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará (ZEE), coordenado por Luiz Parente Maia (LABOMAR) e Maria Dias Cavalcante (SEMACE), Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, novembro/2005.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro W.B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naif, 2009.
- CHAMY, Paula. *Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum*. PROCAM/NUPAUB/USP, 2001.
- COSTA, Heloisa S.M.; OLIVEIRA, A.M.; RAMOS, M.V. População, turismo e urbanização: conflitos de uso e gestão ambiental. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- DAVENPORT, William H. Dois tipos de valor nas Ilhas Salomão Orientais. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas*. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, RJ: EDUFF, 2008.

DURHAM, Eunice. As comunidades rurais tradicionais e a migração. In: THOMAZ, Omar Ribeiro; FRY, Peter (Orgs.). *A dinâmica da Cultura*. Ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL – IBAMA. C:\Documents and Settings\User\My Documents\Populações Tradicionais IBAMA.mht, Consultado em: 18 abr. 2010.

KOPYTTOF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas*. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, RJ: EDUFF, 2008.

LIMA, Tatiane Ricarto de. *Turismo em Tatajuba: um perfil etnográfico das relações intra-familiares e inter-familiares dos moradores de Tatajuba, Camocim, CE*. Monografia de graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, 2009.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Novas configurações identitárias e territoriais no processo de expansão do turismo no litoral Ceará. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 1º a 04 de junho de 2008, em Porto Seguro – BA.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Diretrizes da Política Nacional de Turismo e impactos econômico-culturais sobre populações locais: nas trilhas do Roteiro das Emoções (Jijoca de Jericoacoara, CE a Barreirinhas, MA). *Anais da XXXIII Reunião da ANPOCS*, Caxambu, 26 a 29 de outubro de 2009.

SANTOS, Potyguara Alencar. *Segundo Relatório*, Bolsa de Iniciação Científica – CNPq-PIBIC, 2009, inédito.

SANTOS, Potyguara Alencar. *Mito-narrativas de paisagens móveis: Tempos e lugares de uma descrição etnográfica da vila de Nova Tatajuba*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.